

Presenças, Jornadas e Travessias de Estudantes Negros(as) na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA¹

Daniel Bergue Pinheiro Conceição
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS)
Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) - MG.

Palavras-chave: Ações afirmativas; Questões raciais; Desigualdades educacionais.

Apontamentos iniciais

Este texto foi desenvolvido no contexto do Grupo de Estudos Questões Educacionais: Desigualdade, Inclusão e Diversidade nas Perspectivas Socioeconômica, Étnico-Racial e de Gênero (GEDDIN/CNPq/UEMA). No âmbito do GEDDIN, participei de diálogos e reflexões que me impulsionaram e motivaram a produzir escritos no campo da Educação, abordando Questões e Relações Étnico-Raciais e Interculturalidade no Brasil, com ênfase particular no estado do Maranhão.

Dito isto, Santos (2021) aponta que desde 2003², três universidades (UERJ, UENF e UNEB) deram início ao processo de implementação de reserva de vagas para estudantes negros(as), para que estes(as) pudessem acessar e ocupar os espaços universitários brasileiros que antes eram ocupados por uma população majoritariamente não negra, não indígena e/ou pertencente aos grupos socioculturais subalternizados, sendo assim, estou me referindo a população branca³ que historicamente na sociedade brasileira ocupa os mais variados espaços sociais, de poder e saber.

Ainda nessa direção, a questão racial foi incorporada à agenda política brasileira, resultando na implementação do sistema de cotas para negros(as) nos processos seletivos de acesso à universidade pública. Santos (2014) argumenta que a primeira década do

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

² É essencial refletir sobre a presença negra nos espaços acadêmicos universitários na sociedade brasileira e questionar e tensionar a elitização histórica do nosso sistema universitário. A partir de 2003, esse cenário começou a mudar devido ao impulso de transformação gerado pela luta e reivindicação dos movimentos sociais, em particular dos movimentos negros e de mulheres negras, que historicamente reivindicaram a democratização do acesso à universidade e aos instrumentos de produção do conhecimento e saber (Santos, 2021). **Ver obra: Acesso e permanência da população negra no ensino superior.** Maria Auxiliadora Lopes; Maria Lúcia de Santana Braga (2007).

³ **Ver estudo: BRANQUITUDE, BRANQUIDADE, PRIVILÉGIO BRANCO: Dissertações e Teses** sobre o tema no Brasil de Artur Luhr Mello; Alexandre de O. Fernandes (2021).

século XXI foi marcada por debates intensos sobre a inclusão da população negra no ensino superior público brasileiro.

As reivindicações dos movimentos negros visando a aumentar a presença de afro-brasileiros no ensino superior público obtiveram algumas respostas positivas nessa década [...]. A luta dos movimentos negros brasileiros, associada à conjuntura internacional de renovação da pauta de combate ao racismo, manifestada na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, fortaleceu, no Brasil, a discussão sobre a necessidade de implementação de ações afirmativas para a população negra no ensino superior público (Santos, 2014, p. 181).

A partir dessa informação é que justifico a discussão em questão. O Brasil possui uma formação sócio-histórica marcada por profundas desigualdades sociais, educacionais⁴ e raciais que permeiam diversos aspectos da realidade social, em particular a educação. Além disso, é preciso retomar a questão, a utópica abolição da escravidão em 1888 que não foi acompanhada de políticas de inclusão e reparação para a população africana e afrodescendente, o que propagou a subalternização e marginalização das pessoas pertencentes a esses grupos étnico-raciais.

Nessa direção, é fulcral refletir (e problematizar) sobre a realidade educacional e a presença de estudantes negros(as) nas universidades públicas brasileiras. Essa discussão tem sido objeto de estudo e investigação nas últimas décadas, em particular em função das ações afirmativas⁵ implementadas na sociedade brasileira para corrigir e reverter profundas desigualdades históricas.

À vista disso,

A demanda por reparações visa que o Estado e a sociedade tomem medidas para ressarcir os descendentes de africanos negros, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em virtude das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e de influir na formulação de políticas, no pós-abolição. Visa também a que tais medidas se concretizem em iniciativas de combate ao racismo e a toda sorte de discriminações. (Brasil, 2004, p. 11)

Dito isto, é essencial considerar as jornadas, demandas e travessias dos(as) estudantes negros(as) nos espaços educacionais formais, pois estes(as) ainda enfrentam

⁴ Até o começo do século XXI, as instituições públicas de ensino superior eram predominantemente acessadas e ocupadas por estudantes brancos(as) e pertencentes a classes sociais mais altas, retratando uma elitização histórica do sistema educacional brasileiro.

⁵ Domingues (2005, p.166) encontra nos estudos de Gomes (2001), A expressão "ação afirmativa" foi introduzida pelo presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy, em 1963, referindo-se a um conjunto de políticas públicas e privadas que podem ser obrigatórias, opcionais ou voluntárias. Essas políticas são projetadas para combater a discriminação com base em raça, gênero, entre outros fatores, e para corrigir os efeitos atuais das discriminações ocorridas no passado.

múltiplos desafios e barreiras que vão além do acesso. No contexto da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), essa questão assume particular relevância, dada a composição demográfica e as especificidades regionais do estado do Maranhão, que possui uma significativa representação populacional negra. Este estudo visa explorar as múltiplas dimensões das trajetórias desses(as) estudantes, desde seu ingresso até sua permanência e formação acadêmica, por ser preciso analisar os impactos das políticas de ação afirmativa e os desafios cotidianos enfrentados.

Nessa perspectiva, a Universidade Estadual do Maranhão reserva 10% de suas vagas para estudantes autodeclarados(as) pretos(as) e pardos(as) ou oriundos(as) de comunidades indígenas, que deverão ter cursado o ensino médio exclusivamente em escolas da rede pública, conforme determina a Lei Estadual n.º 9.295/2010 e disciplinada pela Resolução n.º 1.658/2023 – CEPE/UEMA, acredito necessário desenvolver um estudo para refletir, verificar e analisar como tem se dado a presença, jornada e travessia dos(as) estudantes negros(as) cotistas na Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.

Sobre o Objetivo do Estudo

O objetivo deste estudo é analisar as experiências dos(as) estudantes negros(as) na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), evidenciando suas presenças, jornadas e travessias acadêmicas. Para alcançar este objetivo, busco: averiguar o impacto das políticas de ação afirmativa na UEMA e examinar se estas promovem a democratização do acesso ao ensino superior; compreender os desafios acadêmicos, sociais e econômicos enfrentados pelos(as) estudantes negros(as); conhecer as estratégias de resistência adotadas por esses(as) estudantes; e avaliar as políticas institucionais de apoio e inclusão implementadas pela UEMA.

Relevância do Estudo

Acredito que esta pesquisa é extremamente relevante, pois, pode contribuir para a compreensão das desigualdades raciais presentes no acesso e na permanência de estudantes negros(as) na universidade pública. Além disso, essa discussão está alinhada à promoção da igualdade racial no Brasil. Ao me debruçar (pesquisar) sobre as experiências dos(as) estudantes negros(as) na UEMA, os dados obtidos com a pesquisa podem fornecer importantes informações sobre as especificidades da instituição pesquisada e sua atuação regional, mostrando como as ações, políticas e programas podem e/ou precisam ser inclusivas e atender efetivamente os(as) estudantes pertencentes

a grupos sociais marginalizados. Por fim, este estudo visa promover discussões e diálogos sobre o protagonismo e a luta dos(as) estudantes para permanecerem na universidade pública, contribuindo, assim, para a construção de estratégias de equidade racial no espaço educacional formal.

Fundamentação do Estudo: As dinâmicas das Relações Raciais Contemporâneas no Brasil

A análise das relações raciais⁶ no Brasil contemporâneo revela uma complexa interação de elementos históricos, sociais e culturais que moldam o tecido social, bem como as experiências, percepções e relações entre os diferentes grupos étnico-raciais na sociedade brasileira.

Além disso, Fernandes (2021), comenta que:

[...] os Estudos Étnicos e Raciais no Brasil [...] é fundamental para a crítica ao pensamento hegemônico nas Universidades e a defesa da importância da representatividade de atores de grupos historicamente discriminados e tratados como objetos de pesquisa, e não como atores fundamentais na mudança na produção de conhecimentos acadêmicos (Fernandes, 2021, p. 62).

Nessa direção, proponho examinar as dinâmicas sociais (e as relações étnico-raciais), pois acredito ser essencial realizar uma análise crítica e reflexiva sobre os fenômenos que perpetuam as desigualdades, que incidem majoritariamente sobre a população negra.

Nesse caminho, este estudo visa explorar essas dinâmicas sociais, oferecendo uma análise crítica e reflexiva sobre como diversos fenômenos sociais perpetuam as desigualdades enfrentadas principalmente pela população negra. É essencial focar na compreensão do racismo, no papel das políticas públicas, educacionais e nas resistências sociais que influenciam as relações sociais entre negros(as), brancos(as) e outros grupos socioculturais no país.

Joana Passos (2015) observa que nos últimos anos, as diferenças sociais nas condições de vida entre a população negra e branca no Brasil não são mais apenas temas centrais nas discussões dos movimentos sociais negros e de mulheres negras, mas têm

⁶ Ver: O estudo sobre a Dialética das relações raciais. Ianni (2004), em sua análise da dialética das relações raciais, explica que as desigualdades enfrentadas pelos negros(as) têm raízes profundas na sociedade brasileira. Ele destaca que essas desigualdades evidenciam, de maneira particularmente clara e notável, o funcionamento da estrutura social, abrangendo aspectos como identidade e alteridade, diversidade e desigualdade, cooperação e hierarquização, dominação e alienação (Ianni, 2004, p. 21).

sido evidenciadas por indicadores como educação, saúde, moradia, mercado de trabalho e pobreza, tornando-se impossível ignorar o racismo. Nesse contexto, o racismo emerge como um elemento estruturante das múltiplas desigualdades sociais, educacionais e raciais no país.

[...] o racismo e as desigualdades raciais deixaram de ser marginais para receber atenção sistemática de intelectuais, governantes, lideranças sociais e políticas, entre outros. Quanto a isso, a lógica de funcionamento do Estado brasileiro é tensionada principalmente pelo movimento negro, que instiga a construção de uma nova agenda forçando atitudes políticas e debates públicos sobre as desigualdades raciais na sociedade brasileira, em especial na educação. Ao mesmo tempo em que as desigualdades raciais vêm ganhando espaço nos debates públicos e na divulgação de indicadores sociais, as políticas educacionais, consideradas universalistas, são questionadas, uma vez que não conseguem atingir a maioria da população negra (Passos, 2015, p. 156).

Alinhado à questão do racismo, é crucial discorrer sobre a escolarização da população negra no Brasil. Passos (2015) destaca que há fatores intraescolares que afetam o percurso educacional dos estudantes negros(as), incluindo questões como desistência, reprovação, evasão, distorção idade-série, currículo educacional, expectativas em relação ao desempenho dos(as) alunos(as) e a perpetuação do racismo. Esses aspectos precisam ser cuidadosamente analisados, pois refletem diversas desvantagens educacionais enfrentadas por esse grupo étnico-racial (Passos, 2015, p. 157).

Da mesma maneira, diversos fatores compõem barreiras estruturais, materiais e simbólicas para esse processo de sucesso e longevidade escolar. Ser oriundo de escola pública e ter a pele preta ou parda são elementos que afetam negativamente o desempenho escolar e o tempo de permanência na escola. Algumas estudantes são trabalhadoras e cuidam do trabalho em suas próprias casas e relatam esta condição como um obstáculo à permanência na educação superior (Fernandes, 2021, p. 121).

Nesse ponto de vista, Munanga (2007, p. 07) faz uma ponderação importante ao discutir as políticas de ação afirmativa e de cotas para estudantes negros(as) e de baixa renda no ensino superior público brasileiro. O autor argumenta que a necessidade dessas políticas decorre do quadro persistente de desigualdades sociais e raciais, acumuladas ao longo dos anos entre negros(as) e brancos(as). Essas desigualdades são gritantes e se manifestam em diversas dimensões da vida, como no mercado de trabalho, sistema de saúde, setor político, lazer, esporte, cultura e educação, entre outros. Munanga (2007) ressalta que tais políticas são essenciais para corrigir as disparidades históricas e promover uma sociedade equitativa e inclusiva.

Ao lado dessa discussão, é primordial considerarmos a questão do **racismo**,⁷ da **discriminação racial** ⁸e do **preconceito racial**⁹ presentes na sociedade brasileira, pois esses fenômenos sociais implicam diretamente na permanência dos(as) estudantes negros(as) na universidade. Quando os(as) estudantes são vítimas de racismo e preconceito racial, suas experiências acadêmicas são profundamente afetadas, o que pode levá-los(as) a desistir da jornada acadêmica.

Outrossim, é a questão dos estereótipos racistas que permeia os espaços educacionais formais, sobre isso Santos et al., (2024, p. 03), comentam que:

[...] os estereótipos raciais são fenômenos interligados que têm impactos significativos nas vidas das pessoas e nas dinâmicas sociais. Embora distintos, se alimentam e se reforçam mutuamente, contribuindo para a perpetuação de desigualdades e injustiças. [...] os estereótipos racistas são considerados um desafio complexo no sistema educacional que transpassa as interações entre alunos, professores e demais membros da comunidade. É nesse ambiente que muitas vezes observamos a reprodução e reforço dos estereótipos, seja por meio de representações curriculares, interações sociais [...]ou mesmo nas práticas de ensino.

O racismo se manifesta de diversas formas no espaço educacional formal, desde micro agressões diárias até atos explícitos de discriminação. Os(as) estudantes negros(as), frequentemente enfrentam comentários e atitudes preconceituosas, criando um ambiente hostil que prejudica seu psicológico e emocional. Esse ambiente adverso pode gerar sentimentos de exclusão, insegurança e baixa autoestima, impactando negativamente seu desempenho acadêmico e sua motivação para continuar os estudos¹⁰.

Outro fator, é a falta de representatividade negra no corpo docente e na administração universitária contribui para a sensação de isolamento e marginalização desses(as) estudantes. A ausência de uma representação inspiradora, acolhimento e de

⁷ De acordo com Munanga e Gomes (2016), esse comportamento ou postura decorre de uma aversão, frequentemente alimentada pelo ódio, contra pessoas pertencentes a determinados grupos raciais que possuem características como cor da pele, tipo de cabelo e formato dos traços faciais. O racismo é fundamentado na crença de que existem raças ou tipos de pessoas superiores e inferiores. Esse pensamento pode ser problematizado ao analisar a história e compreender que as teorias raciais foram utilizadas para justificar a escravidão no século XIX, o que resultou na exclusão e no apagamento da população negra no Brasil (Munanga & Gomes, 2016, p. 179).

⁸ Discriminar significa "distinguir ou diferenciar". Portanto, a discriminação racial pode ser vista como uma manifestação prática do racismo e uma concretização do preconceito. A discriminação racial envolve ações diretas contra uma pessoa ou o grupo ao qual ela pertence (Munanga & Gomes, 2016).

⁹ Preconceito racial é uma atitude negativa direcionada a outra pessoa, caracterizada por julgamentos prévios sobre determinados grupos raciais e étnicos. Esse preconceito é um processo mental que se desenvolve sem reflexão adequada ou disposição para o conhecimento e o diálogo (Munanga & Gomes, 2016).

¹⁰ Conforme Leal et al., (2019, p. 60), "Dificuldades durante a vida acadêmica, seja financeira, social ou mesmo de adaptação ao curso, podem desencadear eventos como a retenção, a evasão e o adoecimento do estudante".

apoio dentro da universidade torna mais difícil para os(as) estudantes negros(as) se identificarem com o ambiente acadêmico e se sentirem inseridos(as). Essa falta de representatividade também implica na ausência de políticas e práticas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural e a história da população negra, reforçando a sensação de alienação e isolamento social.

Outro aspecto crucial é o impacto econômico do racismo. Estudantes negros(as), em sua maioria, vêm de contextos socioeconômicos desfavorecidos e enfrentam dificuldades financeiras adicionais para se manterem na universidade. O racismo no mercado de trabalho também dificulta a obtenção de estágios e empregos que poderiam ajudar a financiar seus estudos. As pressões financeiras, combinadas com as experiências de racismo, aumentam o risco de evasão escolar.

O fator socioeconômico tem peso também no desempenho acadêmico, vez que, este necessita de aparato material e estrutural. São necessários a aquisição de livros e outros materiais didáticos, materiais e equipamentos específicos para o curso, e também o uso de equipamentos de mídia e informática, para a realização de muitas atividades inerentes a graduação. Sabendo que ainda há muitas universidades com estrutura precária, não é difícil observar casos em que o estudo fica limitado por falta de recursos básicos (Leal et al., 2019, p. 64).

Para combater esses desafios, é essencial que as universidades implementem políticas de apoio e inclusão. Isso inclui a criação de espaços seguros para discussão e suporte, programas acolhimento e acompanhamento e tutoria para estudantes negros(as), e a promoção de uma cultura institucional antirracista.

Em síntese, quero destacar que o racismo e o preconceito racial são barreiras significativas para a permanência dos(as) estudantes negros(as) na universidade. É fundamental abordar esses problemas de maneira eficaz, pois isso contribui para a (mudança social) igualdade racial e a criação de um ambiente acadêmico que valorize e promova a diversidade intercultural¹¹. Somente através de ações concretas e contínuas será possível garantir que todos(as) os(as) estudantes, independentemente de seu grupo étnico-racial, tenham as mesmas oportunidades de sucesso no percurso acadêmico e profissional.

¹¹ Sobre a questão da diversidade intercultural: Catherine Walsh (2006, p. 02) observa que, desde a década de 1990, tem havido uma crescente discussão sobre a diversidade étnico-racial na América Latina. Esse movimento busca apoiar o reconhecimento e a promoção de relações positivas entre diferentes grupos culturais, com o objetivo de combater a discriminação, o racismo e a exclusão social. O objetivo é formar cidadãos conscientes de suas diferenças e capazes de colaborar na construção de uma sociedade justa, equitativa, igualitária e plural. Esse é o principal esforço da interculturalidade.

A Presença Negra na Universidade: Desafios e Possibilidades para uma Representação Positiva (afirmativa)

A presença de estudantes negros(as) nas universidades brasileiras é algo recente na sociedade brasileira. Sendo assim, as dinâmicas de inclusão e equidade no ensino superior levam em consideração como já mencionado anteriormente o percurso sócio-histórico que enfrentou a população negra, estou falando de significativas barreiras no acesso à educação de qualidade, refletindo desigualdades sociais e econômicas profundas.

No entanto, o que quero chamar atenção nessa seção é em relação aos desafios enfrentados pelos(as) estudantes negros(as), pois estes não se limitam ao acesso inicial à universidade. Questões como permanência, acolhimento e sucesso acadêmico continuam a ser áreas críticas que exigem atenção. A adaptação a um espaço social muitas vezes dominado por uma cultura acadêmica que historicamente excluiu minorias é um processo complexo.

Outrossim, é a ausência de professores(as) negros(as) nos corpos docentes e na estrutura curricular também pode impactar negativamente o desempenho e o bem-estar dos(as) estudantes negros(as). Portanto, é essencial implementar políticas institucionais que não apenas garantam a entrada, mas também promovam condições igualitárias para que esses(as) estudantes possam não apenas ingressar, mas também prosperar e se sentir parte integrante da comunidade universitária.

O crescimento da presença de jovens negros como estudantes e professores nas universidades brasileiras influencia positivamente na redução de desigualdades, mas também na probabilidade de formação de intelectuais engajados na transformação da sociedade brasileira. Na educação superior brasileira, o acesso de discentes negras e negros estimulou o debate sobre o perfil de docentes e a potência dessas diversas presenças para a descolonização de saberes, ao se constatar a falta de representatividade e reconhecimento de pessoas negras e de epistemologias não hegemônicas na academia (Fernandes, 2021, p. 193).

Para uma representação positiva e afirmativa nas universidades, é fundamental reconhecer e valorizar as contribuições e potenciais dos(as) estudantes negros(as) e a verdadeira história ¹²do grupo étnico-racial desses(as) estudantes. Isso envolve não apenas a criação de espaços seguros e inclusivos, mas também o fortalecimento de programas de suporte acadêmico e psicossocial que considerem as especificidades e

¹² Ver: O que estabelece a Lei Federal nº 10.639/2003 que prevê a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas instituições de ensino no Brasil. Cabe ressaltar que essa Lei Federal é também uma importante política de ação afirmativa.

desafios enfrentados(as) por esses(as) estudantes. Além disso, a revisão constante das políticas de inclusão e ação afirmativa é necessária para garantir que estas sejam eficazes e adaptadas às realidades em constante mudança da população negra no contexto universitário.

A presença negra na universidade não deve ser apenas uma questão de acesso, mas sim de transformação estrutural e cultural. Ao enfrentar os desafios e explorar as possibilidades para uma representação mais positiva e afirmativa, as instituições de ensino superior não apenas promovem a justiça social, mas também enriquecem a qualidade e o alcance da educação oferecida, beneficiando toda a sociedade com uma visão ampla, inclusiva e voltada para a diversidade de conhecimento e saber.

Apontamentos finais

Este estudo sobre a presença negra na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) revela a importância crucial de analisar e compreender as trajetórias acadêmicas dos estudantes negros(as) em um contexto educacional marcado por desigualdades sócio-históricas. Ao explorar o impacto das políticas de ação afirmativa, os desafios enfrentados e as estratégias de superação adotadas por esses(as) estudantes, este trabalho não apenas documenta suas experiências individuais, mas também lança luz sobre as estruturas sociais e educacionais que moldam suas jornadas.

A implementação de políticas de reserva de vagas nas universidades brasileiras representa um avanço significativo na busca pela equidade racial, proporcionando acesso a um ensino superior que historicamente excluiu a população negra. No entanto, o simples acesso não é suficiente. É necessário um compromisso contínuo das instituições de ensino para criar ambientes inclusivos, onde estudantes negros(as) não apenas entrem, mas também se sintam acolhidos(as), valorizados(as) e apoiados(as) ao longo de sua jornada acadêmica.

As disparidades educacionais, sociais e econômicas entre populações negra e branca no Brasil são manifestações de um sistema estrutural de racismo que permeia todas as esferas da sociedade. Joana Passos (2015) destaca que essas desigualdades são evidenciadas em indicadores como educação, saúde, mercado de trabalho e moradia, reforçando a necessidade urgente de políticas públicas e práticas educacionais que enfrentem esses problemas de maneira sistemática e eficaz.

Além disso, é fundamental abordar a questão da representatividade dentro das universidades. A presença de docentes e gestores(as) negros(as) é essencial não apenas para inspirar os(as) estudantes, mas também para informar políticas pedagógicas e administrativas que reconheçam e valorizem a diversidade cultural e histórica da população negra no Brasil.

Portanto, este estudo não se limita a uma análise acadêmica, mas busca contribuir para a construção de um ambiente acadêmico inclusivo e justo. Ao destacar os desafios enfrentados pelos(as) estudantes negros(as) na UEMA e as estratégias de resistência que desenvolvem, espero inspirar mudanças (sociais, raciais) institucionais que promovam a igualdade racial e a justiça social no ensino superior brasileiro.

Por fim, a reflexão sobre a presença negra na universidade não deve ser apenas um exercício acadêmico, mas sim um compromisso coletivo com a transformação estrutural e cultural de nossas instituições de ensino. Somente através de um esforço contínuo e colaborativo será possível garantir que todos(as) os(as) estudantes, independentemente de sua origem étnico-racial, tenham acesso igualitário a uma educação de qualidade e oportunidades de sucesso acadêmico e profissional na sociedade brasileira.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: SECAD, 2004.

DOMINGUES, Petrônio. **Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica**. Revista brasileira de educação, p. 164-176, 2005.

FERNANDES, C. M. **Desigualdades raciais e de gênero na Educação Superior no Brasil**. 2021. 245 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Salvador, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34839>. Acesso em: 10 jun. 2022.

IANNI, Octavio. **Dialética das relações raciais**. Estudos avançados, v. 18, p. 21-30, 2004.

LEAL, Kamila Soares et al. Desafios enfrentados na universidade pública e a saúde mental dos estudantes. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 8, p. 59-69, 2019.

LOPES, Maria Auxiliadora; BRAGA, Maria Lúcia de Santana. **Acesso e permanência da população negra no ensino superior**. 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Considerações sobre as políticas de ação afirmativa no ensino superior**. O negro na universidade: o direito à inclusão. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, p. 07-19, 2007.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2016.

PASSOS, Joana Célia dos. **Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas**. Educação em Revista, v. 31, p. 155-182, 2015.

PIOTTO, Débora Cristina (Org.). **Camadas populares e universidades públicas: trajetórias e experiências escolares**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 274 p.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Educação: um pensamento negro contemporâneo**. Jundiá: Paco Editorial, 2014. 300p. 2017.

SANTOS, Renato Emerson dos. **AS COTAS E A PRESENÇA NEGRA REEDUCAM A UNIVERSIDADE BRASILEIRA**. ESCOLA EM TRANSE, p. 16, 2021.

SANTOS, Reinan Tiago Fernandes dos; SILVA, Lany Pereira da; GOMES, Rodrigo. Análise dos estereótipos racistas na educação básica: uma perspectiva interdisciplinar. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 16, n. 6, p. e4633-e4633, 2024.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad crítica y educación intercultural**. (Conferência apresentada no Seminário “Interculturalidad y Educación Intercultural”, Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, La Paz). Disponível em: <http://docplayer.es/13551165-Interculturalidadcritica-y-educacion-intercultural.html>. Acesso em: 26 jun. 2024.